

ANO XVII - Nº 224 - 15 À 30/12/2016

CUT BRASIL

CONTRAF

FETEL

PACTU

Jornal sob a responsabilidade dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava.

CUT: "Resistiremos à retirada de direitos trabalhistas!"

A direção Nacional da CUT, reunida extraordinariamente em Florianópolis no dia 06 de dezembro, avaliou como muito grave a crise política e econômica que atinge nosso País, com consequências sérias para a classe trabalhadora.

Após aprofundada análise de conjuntura, a Direção da CUT emitiu Resolução, com um histórico das principais medidas do governo Michel Temer, desde seu início, em abril/2016, e com um extenso plano de lutas para enfrentar os ataques aos direitos sociais e trabalhistas dos brasileiros. Leia abaixo os principais tópicos da Resolução e acesse a íntegra em www.pactu.org.br.

Apoiando-se numa maioria corrupta no Congresso, uma de suas primeiras iniciativas, foi entregar o Pré-sal à exploração das multinacionais do petróleo, com a revogação do sistema de partilha criado no governo Lula, atingindo o fundo social que traria recursos para a saúde e educação. Em que pese a resistência dos Movimentos sociais, governo golpista de Temer conseguiu com ajuda do Congresso corrupto aprovar no dia 13/12, a emenda constitucional (na Câmara dos Deputados era PEC 241, no Senado a PEC 55). A medida altera a Constituição, engessa o orçamento por vinte anos e reduz drasticamente os recursos públicos para áreas essenciais como educação, saúde e assistência social. No dia 6 de dezembro, o governo ilegítimo Michel Temer anunciou sua famigerada reforma da Previdência. Novamente, quem arca com os prejuízos são os/as

A proposta altera regras fundamentais do atual sistema, sendo um flagrante assalto aos seus direitos. A idade de aposentadoria passa para 65 anos para homens e mulheres do campo e da cidade. O tempo de contribuição para receber o valor integral da aposentadoria passa para 49 anos. O projeto prevê ainda o fim das diferenças entre o regime de previdência geral e o público, estabelecendo uma regra de transição para homens com atualmente mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 anos. O alegado déficit da Previdência é uma mentira do governo ilegítimo, divulgada pela mídia para justificar a mudança.

De acordo com a Constituição, a Previdência integra o sistema mais amplo de Seguridade Social que está longe de ser deficitário. A propalada economia a ser feita com a reforma nada mais será do que uma deslavada transferência de recursos deste sistema para os setores rentistas da sociedade, que se alimentam dos altos juros pagos pela dívida pública. E será novamente custeada com a perda de direitos da classe trabalhadora. Resistiremos à retirada de direitos trabalhistas que continuam sob ameaça no Congresso, como os projetos de lei que preveem a terceirização irrestrita, a prevalência do negociado sobre o legislado aprovado pelo STF também no dia 13/12, além da flexibilização do contrato de trabalho.

O Pactu é formado pelos sindicatos de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava. Dirigentes destes sindicatos estiveram em Brasília, desde 2013, em todas as oportunidades que o Projeto de Lei da Terceirização esteve em pauta, na Câmara, no Senado e até no STF.



A CUT e outras 39 organizações dos movimentos sociais reuniram-se, no dia 06/12, com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e com o vice, Jorge Viana (PT-AC), para discutir a agenda de ataques aos direitos trabalhistas que corre na Casa.

Na audiência ficou ajustado que o projeto de terceirização continua em debate, mas será votado somente em 2017. Isto foi possível graças à mediação do senador Paulo Paim (PT-RS), relator do projeto no Senado.

Pactu presente

No mesmo dia 06/11, data em que estava prevista a votação do PLC 030/2015, mais uma vez uma delegação de dirigentes sindicais do Pactu esteve em Brasília.

Os dirigentes iniciaram a viagem, de ônibus, na segunda, 05/11. Portanto, quando a notícia do afastamento de Renan Calheiros e da suspensão da pauta veio a

público, a delegação já estava a caminho. No entanto, a viagem não foi perdida. Os dirigentes do Pactu participaram do Seminário contra a Reforma da Previdência, promovido por parlamentares e centrais sindicais, onde diversos palestrantes evidenciaram, com fatura de dados, a falácia do déficit da previdência.

A cada ano que se inicia renova-se a esperança na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Revigoram-se a força e a resistência para que no próximo ano os bancários(as) continuem escrevendo a sua história. Só a luta te garante.

FELIZ NATAL!
FELIZ 2017!



ITAU

Grupo de Trabalho de Saúde discute afastamentos e retorno ao trabalho

PÁGINA 2

SANTANDER

Bancários do Santander assinam Aditivo à Convenção Coletiva

PÁGINA 2

BANCO DO BRASIL

Reestruturação no Banco do Brasil apavora a todos

PÁGINA 3

SAÚDE & BEM ESTAR

Novo Código Comercial ataca a saúde do trabalhador e dificulta o combate ao trabalho escravo



O Brasil tem 161,1 mil pessoas submetidas à escravidão moderna. Os dados alarmantes constam no relatório Índice de Escravidão Global 2016, da Fundação Walk Free, divulgado em maio deste ano. A escravidão moderna ocorre quando uma pessoa controla a outra, de tal forma que retire dela sua liberdade individual, com a intenção de explorá-la. O Ministério do Trabalho e Previdência Social resgatou, somente no ano de 2015, 1.010 trabalhadores que estavam em condições análogas à escravidão no Brasil.

Hoje há um número reduzido de auditores para a fiscalização, o que permite muito trabalho escravo Brasil afora. Mas pode piorar: o PL (projeto de Lei) 1572/2011, de autoria do deputado José Carlos Aleluia (DEM/BA), que institui o novo Código Comercial e exige avisar os patrões com 48 horas de antecedência da fiscalização.

Além de avisar antes, vai proibir que outras autoridades, de competência diversa, possam realizar a fiscalização simultânea no mesmo local, salvo se autorizada por juiz competente. “É o fim da força tarefa, que sempre constata a existência de trabalho escravo e outras irregularidades nas condições de trabalho, além de crimes ambientais”, ressalta o secretário de Saúde do Sindicato dos Bancários de Guarapuava e dirigente do Pactu, Carlos Alberto Valente Farinha.

Diversas entidades já manifestaram repúdio às mudanças do novo código. Dirigentes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) entregaram no dia 8/12, ao deputado Paes Landim (PTB/PI), relator do projeto, uma Nota Técnica contra a proposta.

Itaú

Grupo de Trabalho de Saúde discute afastamentos e retorno ao trabalho

A Contraf-CUT, assessorada pelo GT de Saúde e Condições de Trabalho dos funcionários do Itaú, se reuniu com o Itaú no dia 1/12 na sede da entidade. Foram discutidas pendências das últimas reuniões, como gestão do departamento de saúde ocupacional, do PCMSO, programa de readaptação, cláusula 57 da CCT e atestados.

Os representantes dos trabalhadores informaram que os problemas com relação ao departamento de saúde ocupacional continuam, apesar da reestruturação feita pelo banco na metodologia de afastamentos e licenciamentos.

O banco informou que implementou uma nova sistemática para acompanhamento do trabalhador com relação à sua licença. A partir de agora, ao ligar para a central pessoas, o funcionário será informado se a licença já está cadastrada, se foi recebida, se está em análise ou se foi devolvida ao gestor. Com relação aos erros que geraram endividamento, o banco informou que já resolveu a questão em todos os casos. “Consideramos insuficiente apenas o uso do 0800, queremos que o trabalhador tenha o controle de tudo o que seja relacionado à sua saúde, inclusive quando do seu afastamento ou licenciamento”, avaliou Sandra Regina Homeniuk, representante do Pactu na COE Itaú.



Reunião da COE Itaú preparatória e reunião com o banco.

O banco fez uma nova apresentação sobre o Programa de Readaptação e incluiu mais um profissional na equipe, uma assistente social. A COE afirmou que somente esta alteração não está adequada para um programa de retorno ao trabalho. Entre outros problemas, a equipe ainda é insuficiente e os médicos não têm autonomia.

Sobre a cláusula 57 da CCT - Programa de desenvolvimento Organizacional para a Melhoria Contínua das Relações de Trabalho, renovada na última campanha nacional, os funcionários reiteraram que querem aprofundar a discussão.

Bancários do Santander assinam Aditivo à Convenção Coletiva

A Contraf-CUT e o Santander assinaram no dia 1º de dezembro o Aditivo à Convenção Coletiva 2016/2018. O aditivo, assim como o acordo fechado com a Fenaban na Campanha 2016, terá validade de dois anos, de 1º de setembro de 2016 a 31 de outubro de 2018. O acordo se viabilizou após nove rodadas de negociação e foi aprovado em assembleias em todo o país.

A principal conquista do aditivo é o parcelamento do pagamento do adiantamento de férias em três vezes. Outra reivindicação da categoria atendida é a desvinculação do reajuste do Programa de Participação nos Resultados do Santander (PPRS) ao Índice negociado com a Fenaban. A PPRS terá reajuste de 9,13% em 2016, que equivale a R\$ 2.200 e será paga junto com a segunda parcela da PLR. Em 2017, o programa terá a correção da inflação (INPC) mais 1% de aumento real.

O acordo garante que todos os bancários do Santander receberão R\$ 2.200 de PPRS referente ao ano de 2016 (o crédito é em março de 2017). Já os trabalhadores que são elegíveis à remuneração variável (que ganham pelo cumprimento de metas acordadas com o banco) receberão o valor que for maior. Por exemplo, se pelos programas próprios de remuneração variável ele receberia R\$ 1.500 em 2016, passa a receber os R\$ 2.200 do PPRS. Mas se sua remuneração variável corresponde a R\$ 5 mil, receberá os R\$ 5 mil.

Os bancários do Santander também garantiram a manutenção das bolsas auxílio-estudo, com reajustes anuais. A correção das bolsas de graduação e pós-graduação será pelo índice da Fenaban: 8%. Em 2017 e em 2018 será o índice do INPC mais 1% de aumento real. Os funcionários do Santander têm direito a um total de 2.500 bolsas, sendo 2 mil para graduação e 500 para pós.

Nova Diretoria no Sindicato dos Bancários de Campo Mourão e Região

Foi realizada no dia 15/12 a Eleição no SEEB de Campo Mourão para o quadriênio 2017 a 2021. A diretoria eleita é composta por bancários que já participam da atual diretoria e abre espaço para novos integrantes de base. Para a bancária do Itaú Nivalda Sguissardi Roy, reconduzida a presidente do Sindicato dos Bancários de Campo Mourão, “essa interação entre novos e experientes oxigena a direção, renovando a disposição para o enfrentamento com os patrões banqueiros e Governo”. Nivalda enfatiza ainda que “nesse embate entre capital e trabalho, a luta e solidariedade são elementos essenciais para garantir vitórias à classe trabalhadora, prova disso são as conquistas que obtivemos nos últimos anos”. A posse da direção eleita será no dia 3 de fevereiro de 2017.

BB é condenado a pagar R\$ 1.7 milhão

O Sindicato dos Bancários de Guarapuava, através de ação trabalhista coletiva de 2004, recuperou R\$ 1.761.364,00 não pagos pelo Banco do Brasil, referente a anuênios não pagos a 23 funcionários de uma agência de sua base sindical.

BMB fecha agência em Guarapuava

O banco Mercantil do Brasil fechou agência que mantinha em Guarapuava, uma das mais antigas da cidade, demitiu todos os funcionários. O sindicato denunciou o banco a Fenaban ao MPT e repudiou a atitude por ter dado opção aos funcionários. O banco desrespeitou as entidades sindicais, visto que entre os demitidos, dois funcionários eram dirigentes sindicais da entidade e um deles da Fetec - PR.

Reestruturação no Banco do Brasil apavora a todos

Os que saem, em que pese os benefícios do PEAL, não têm garantia de que tudo vai correr bem. Os que ficam enfrentam a assombração das metas, agora para poucos funcionários e ainda terão que "concorrer" com as agências digitais.

A parte perversa da reestruturação ficou para aqueles que perderam a comissão tem que se realocar em outras praças, quase sempre em regiões distantes de onde seu cônjuge está com uma ocupação e sua família estudando.

E tem ainda uma situação pior: muitos dos que perderam a comissão estão comprometidos com investimentos, como um financiamento imobiliário, de um veículo ou de investimento educacional seu ou familiares.



Sindicatos tentam amenizar problemas

Representando seus sindicatos junto com a Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, a Contraf-CUT novamente tratou do processo de reestruturação envolvendo milhares de funcionários do Banco do Brasil, em reunião realizada em 08/12, em Brasília.

Apresentaram ao banco o quadro das mobilizações, realizadas nos dias 29/11 e 7/12, em vários locais do Brasil, que demonstraram o sentimento de desamparo, indignação e desespero de muitos funcionários que terão suas agências fechadas, reduzidas e cargos cortados.

A Comissão de Empresa reafirmou a proposta anterior de criação de VCP Permanente (Verba de Caráter Pessoal) para que o funcionário não perca sua remuneração enquanto não for realocado no mesmo cargo. A mesma regra de VCP foi cobrada para todos os caixas.

Para o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, Wagner Nascimento, em relação aos caixas, o banco demora em responder sobre o VCP, o que para todos é a questão mais óbvia na proteção dos funcionários. "O BB alega que caixa não é comissão e sim, gratificação. Mas quando se consulta o sistema do banco, em comissões exercidas aparece Caixa como Comissão. Ou seja, é má vontade e indisposição em gastar um pouco mais. O banco usa a norma interna pra não dar garantia, quando a norma interna é ele que faz."

Também foi cobrado do banco a situação dos assistentes que não tem opção de migrar na lateralidade e, por causa do plano de funções, terão perda no novo cargo oferecido. Outras solicitações foram de que para a concorrência na lateralidade contemple a pontuação do cargo anterior ao VCP, inclusive para quem está em VCP por outras situações que não estas da reestruturação atual.

RESPOSTA INSUFICIENTE

O banco afirmou que nenhum escriturário será removido para outra praça compulsoriamente e que os excedentes ficarão nos seus locais de origem.

Quanto às agências que serão fechadas, atendendo solicitação da Comissão de Empresa, o BB afirmou que o VCP passará a contar para aqueles funcionários somente depois do fechamento da agência. Se a agência fechar antes de 1º de fevereiro, esta será a data, de modo a contar o que for mais favorável ao funcionário.

Novos Grupos de Funções: o banco informou que fez ajustes nos grupos de funções de lateralidade para atender casos que antes estavam direcionados para cargo inferior, de forma a reduzir os casos sem correspondência lateral. Mais sobre essa reunião do dia 8, no site www.pactu.org.br

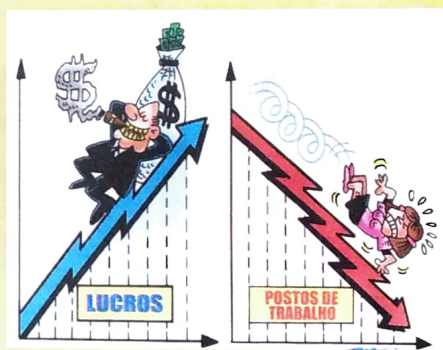
Bradesco

Dia de mobilização por emprego e melhores condições de trabalho

Os sindicatos do Pactu participaram do no dia 23/11, do Dia Nacional de Lutas em Defesa do Emprego e por condições de Trabalho no Bradesco. Apesar do lucro, o banco continua a demitir e assediar moralmente os trabalhadores para cumprimento de metas abusivas.

O banco cortou 4.790 postos de trabalho entre setembro do ano passado e setembro deste ano. O Bradesco lucrou, nos primeiros nove meses deste ano, R\$ 12,736 bilhões. Esse lucro já inclui as despesas com a incorporação do HSBC.

O volume de demissões tem aumentado em todo o país "O Bradesco tem que avançar e assumir sua responsabilidade social diante da conjuntura que enfrentamos", ressalta Edson Martins do Nascimento, até então, representante do Pactu na COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Bradesco.



Incorporação do HSBC

O Dia Nacional de Luta também chama a atenção para problemas relacionados à incorporação do HSBC. Após 5 milhões de contas-correntes do banco inglês terem migrado para o Bradesco, funcionários e clientes foram prejudicados. Bancários relatam jornadas de trabalho prejudicadas. Bancários relatam jornadas de trabalho estendidas durante a migração, além da forte cobrança pelo cumprimento de metas.

Após mobilizações e negociações com o banco, a Comissão de Organização dos Empregados assegurou avanços importantes para os ex-funcionários do HSBC. O Bradesco voltou a cobrar os valores do plano de saúde dos aposentados anteriormente praticados pelo HSBC. Entre outras reivindicações, os bancários conseguiram manter o auxílio-educação até o final do curso de quem está matriculado. Outra conquista importante é a ampliação do crédito-consignado nos moldes do HSBC.

CUT: Reforma da Previdência traz medidas 'nefastas' para trabalhadores

"A CUT jamais irá aceitar que desiguais sejam tratados de forma igual, como pretende o governo ilegítimo e golpista de Michel Temer (PMDB-SP)". As palavras são do presidente da central, Vagner Freitas, sobre a proposta de reforma da Previdência anunciada no dia 05/12. Vagner afirma que a imposição de uma idade mínima é injusta com os trabalhadores, em especial com os que começam a trabalhar mais cedo, e com as mulheres, que vão ter de trabalhar e contribuir mais e ganhar menos, caso seja aprovada a desvinculação dos aumentos reais do salário mínimo dos reajustes dos benefícios dos aposentados e pensionistas. "Uma coisa é trabalhar até os 65 anos com bons salários, plano de saúde e ambiente saudável. Outra é a rotina de um trabalhador rural ou da construção civil, que ficam expostos ao sol, a condições de trabalho inadequadas, começam a trabalhar na adolescência. Essas pessoas não podem ser tratadas de forma igual ao filho de um médico, engenheiro ou advogado, por exemplo, que começam a trabalhar aos 24, 25 anos, ou mais, quando decidem fazer especialização e MBA", compara o dirigente.

Idade mínima já é exigida e aumentaria gradualmente até 2026

Na realidade, já existe idade mínima para o acesso a aposentadorias. Para mulheres, desde a reforma de 1998, a condição é ter 30 anos de contribuição e 48 de idade. Para homens, 35 e 53 anos, respectivamente. Ainda após essa reforma, durante o governo Fernando Henrique, foi criado o fator previdenciário – fórmula que reduz drasticamente o valor dos benefícios quanto mais baixa a idade com que se aposenta. A fórmula toma como base a média de expectativa de sobrevida ao se aposentar, informada anualmente pelo IBGE.

Quando a aposentadoria é por idade – 65 anos para homens e 60 para mulheres – o período mínimo de contribuição exigido é de 15 anos. O governo golpista de Temer amplia para 25 anos de contribuição e vai afetar os trabalhadores rurais e empregados domésticos, que trabalham desde adolescentes na informalidade, e que irão se aposentar com benefício de um salário mínimo.



VEJA COMO FICARÃO AS REGRAS PARA SE APOSENTAR, SE A REFORMA PROPOSTA PELO GOVERNO TEMER FOR APROVADA

A REGRA
PASSA A SER A MESMA PARA
homens e mulheres,
DO CAMPO
E DA CIDADE

O TEMPO MÍNIMO
DE CONTRIBUIÇÃO SERÁ
de **25 anos,**
ERA DE 15 ANOS

MAS PARA RECEBER APOSENTADORIA INTEGRAL
será preciso
TRABALHAR 49 ANOS



65 ANOS
PASSA A SER A IDADE MÍNIMA
para se
APOSENTAR

A PENSÃO
PASSA A SER DE
50%
DA APOSENTADORIA
DO FALECIDO
MAIS 10%
POR DEPENDENTE

MILITARES
FICARAM DE FORA DA REFORMA
APESAR DE SEREM RESPONSÁVEIS POR
METADE DO CHAMADO ROMBO DA PREVIDÊNCIA

Dilma sancionou uma regra que contemplava longevidade

Ainda assim, novas regras consensuais foram discutidas no ano passado, aprovadas pelo Congresso e sancionadas pela presidenta Dilma Rousseff em novembro de 2015. A chamada regra 85/95 amplia de maneira progressiva as exigências para se aposentar, e o interessado pode optar entre a nova regra e o fator. A fórmula significa que o trabalhador pode se aposentar, com 100% do benefício, quando a soma da idade e tempo de contribuição for 85, para mulheres, e 95, no caso dos homens. A partir de 31 de dezembro de 2018, essa fórmula sofrerá o acréscimo de um ponto a cada dois anos até chegar à pontuação 90/100, em 31 de dezembro de 2026, quando a soma para as mulheres passaria a ser de 90 pontos e

para os homens, de 100 pontos.

O tempo mínimo de contribuição permanece de 30 anos para as mulheres e de 35 anos para os homens.

A proposta de Temer não foi debatida com os setores sociais da sociedade civil organizada, critica a CUT. A nota da central assinala um constrangimento de Michel Temer, aposentado aos 55 anos com vencimento de R\$ 30 mil, ao anunciar as medidas, "gaguejando e com a voz falhando diversas vezes". As entidades sindicais demonstram ainda preocupação com o acolhimento do projeto pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ao afirmar que o processo de tramitação da emenda constitucional da Previdência "seja tão rápido quanto o da PEC da Morte. Os movimentos sociais apostam na luta e na mobilização para interferir nos debates dessa reforma nefasta na Câmara e no Senado, como aconteceu

nas manifestações que as centrais sindicais realizaram no dia 13/12 em Brasília.

E esperam que seja interrompida com vazamento nos últimos dias das delações premiadas de executivos da Odebrecht. Nelas são citados, vários parlamentares importantes da base do governo golpista de Temer, entre eles Rodrigo Maia, presidente da Câmara, e Renan Calheiros, presidente do Senado.

No ano passado, segundo a Anfp - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal -, os investimentos nos programas da Seguridade Social, que incluem as aposentadorias urbanas e rurais, benefícios sociais e despesas do Ministério da Saúde, entre outros, foi de R\$ 631,1 bilhões, enquanto as receitas da Seguridade Social foram de R\$ 707,1 bilhões. Ou seja, mais uma vez o resultado foi positivo.

Superavit da Seguridade Social

R\$ 59,9 bi em 2006;
R\$ 72,6 bi em 2007;
R\$ 64,3 bi, em 2008;
R\$ 32,7 bi, em 2009;
R\$ 53,8 bi, em 2010;
R\$ 75,7 bi, em 2011;
R\$ 82,7 bi, em 2012;
R\$ 76,2 bi, em 2013;
R\$ 53,9 bi, em 2014;
R\$ 24,0 bi, em 2015.

Fonte Anfp

Superavits pagou juros aos banqueiros

"É uma falácia dizer que existe déficit. Em dez anos, entre 2005 e 2015, houve uma sobra de R\$ 658 bilhões. Este dinheiro foi usado em outras áreas e também para pagar juros da dívida pública, cerca de 42% do total, mas isto o governo não diz", afirma o advogado Guilherme Portanova, diretor jurídico da Cobap (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas do Brasil).

A arrecadação da Seguridade Social inclui a Cofins, a CSLL, o Pis-Pasep, impostos sobre exportações, impostos sobre as loterias, entre outros. "O governo usa a DRU (Desvinculação de Receitas da União) para transferir o superávit da Seguridade Social, proveniente dos tributos, e cobrir outras despesas. O déficit no INSS é fictício e fruto de uma manipulação de dados", disse Portanova.